RESUMO (ENCERRADO) - GT4 - ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: ANÁLISE DAS DISPUTAS EM TORNO DA VISÃO DA POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Maithê Potrich (maithepotrich@gmail.com)

Introdução: A trajetória da assistência social no Brasil é marcada pela disputa entre visões clientelistas e assistencialistas, que viam nas ações socioassistenciais um favor oferecido por entidades religiosas e filantrópicas à população pobre, e visões que buscavam romper essa tradição, afirmando que a assistência social é um direito dos cidadãos em situação de vulnerabilidade. Os eventos assistidos na década de 1980 selaram essa disputa em favor do segundo grupo. Após a mobilização de movimentos sociais, partidos políticos e assistentes sociais, a assistência social foi reconhecida como política pública, dever do Estado e direito do cidadão na Constituição Brasileira de 1988. Os anos seguintes registram os esforços dos defensores dessa política pública para implementá-la. Entre as principais conquistas da área, figura a criação do seu Sistema Único, o SUAS, que foi deliberado na Conferência Nacional de Assistência Social de 2003. O ciclo de avanços experimentado pela assistência social durante os mandatos do PT sofreu uma inflexão após a abertura do processo de impeachment contra a Presidente Dilma Roussef, em 2015. No ano posterior, a visão da política pública de assistência social que havia logrado sucesso a partir da redemocratização se viu ameaçada. O Programa Criança Feliz (PCF), que foi criado pelo Presidente Michel Temer (MDB) e submetido ao Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, tornou-se alvo de uma onda de manifestações contrárias à sua implantação por parte dos

defensores da assistência social. Isso demonstra que o PCF capta a disputa que tem se amplificado desde 2016 em torno da imagem dessa política pública defendida pelo SUAS. Objetivos: Em vista da sincronia entre o processo de formulação de uma política pública e os conflitos pertinentes a ela, esse projeto tem como objetivo geral compreender como o Programa Criança Feliz (PCF) surgiu e conquistou espaço na agenda governamental, e delimitar a imagem que ele carrega da política pública de assistência social. Para tanto, recorreremos à observação da movimentação de diferentes atores e ideias na visão de uma política pública, análise dessas visões e dos seus interlocutores, e compreensão de como as disputas desse meio se desenrolam e dos impactos que elas legam para a política de assistência social. Metodologia: Como instrumentos de análise, serão mobilizados os conceitos de imagem e monopólio de políticas públicas, de acordo com a Teoria do Equilíbrio Pontuado, elaborada por Baumgartner e Jones (1992). Os métodos utilizados incluem revisão bibliográfica, pesquisa documental e produção de netnografias dos sites de entidades vinculadas aos movimentos em defesa da assistência social. Resultados: A primeira etapa da nossa pesquisa empírica, que teve como objeto de investigação as Atas das Reuniões Ordinárias e as Resoluções emitidas pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) entre 2016 e 2019 sobre o Programa Primeira Infância, que é a denominação atribuída ao PCF no âmbito do SUAS, revelam que as plenárias do Conselho se caracterizam como uma arena de disputa entre os Representantes do Governo Federal, vindos do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos Humanos (SNPDH) e da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), e os Representantes da Sociedade Civil, cujo protagonismo ficou a cargo do Conselho Federal de Psicologia (CFP), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social (CNTSS) e do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO). Outros atores também participaram dos debates em torno do programa, seja com posturas tímidas, ou até mesmo ambíguas. Entre os temas mais evocados ao longo desses anos e reuniões, convém destacar a preocupação da sociedade civil em relação à intersetorialidade do Programa Primeira Infância, ao nível de formação dos voluntários encarregados das visitas domiciliares, à participação do CNAS na análise dos dados emitidos sobre o processo de implantação e, sobretudo, à incompatibilidade do Programa com os princípios e a estrutura do SUAS. Em mais de uma ocasião, a falta de diálogo entre a Sociedade Civil e o Governo Federal, no que diz respeito à elaboração, execução e gestão do Programa, foi denunciada pelos

Conselheiros. Diante dessas colocações, os representantes do MDS e da SNAS utilizaram um recurso específico na tentativa de esclarecer as dúvidas e divulgar sua imagem de assistência social entre os trabalhadores do SUAS: os cursos de capacitação. Porém, as investidas do Governo e do Ministério para executar o PCF não se limitam a cursos e oficinas dessa natureza, eles utilizam incentivos financeiros para promover a adesão dos Estados e Municípios, como dispõe a Resolução no 07/2017 do CNAS, e incentivam a introdução de atores externos ao CNAS no debate sobre o Programa, como é o caso da Associação Nacional de Universidades Particulares, que se tornou aliada do Governo Federal para a implantação do PCF em 2019, e da Consultoria Jurídica do Ministério da Cidadania (MC), já sob o mandato de Jair Bolsonaro. Em suma, a disputa que os atores do CNAS têm travado ao longo desses anos em torno da imagem da política pública de assistência social foi traduzida na fala do Ministro Alberto Beltrame (MDS), que, como representante do Governo Federal em 2018 durante Plenária do CNAS, admitiu que o PCF promoveu uma mudança no entendimento da área.

Referências:

BAUMGARTNER, Frank R.; JONES, Bryan D. Agendas and instability in American politics. University of Chicago Press, 2010.

CAPELLA, Ana Cláudia N. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, v. 1, p. 87-124, 2007.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. Políticas públicas no Brasil. Rio de Janeiro: Fiocruz, p. 65-86, 2007.